

RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO

1º semestre
2017 - Retificado

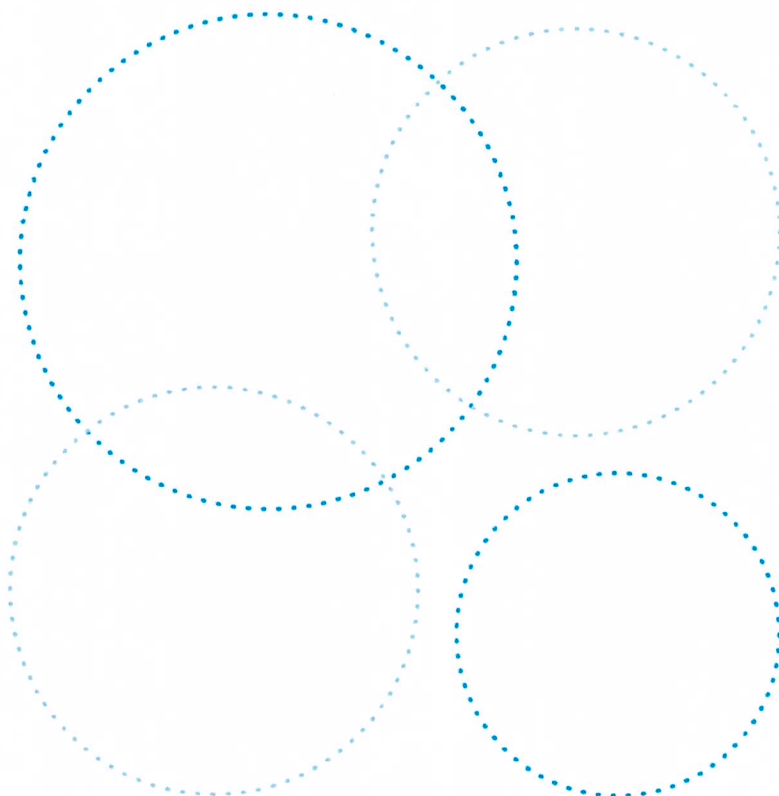
Relatório emitido pela Assessoria de Controle Interno (Ascoi) para acompanhamento da aderência da gestão do passivo, dos investimentos, do orçamento, da contabilidade e dos contratos e licitações.

Retificado em 26/09/2017.

NOTA DE RETIFICAÇÃO

Informamos que ocorreram alterações no relatório de acompanhamento da gestão referente ao 1º semestre de 2017, publicado no dia 20/09/2017, especificamente nas tabelas 1, 3, 12 e 16, conforme esclarecimentos a seguir:

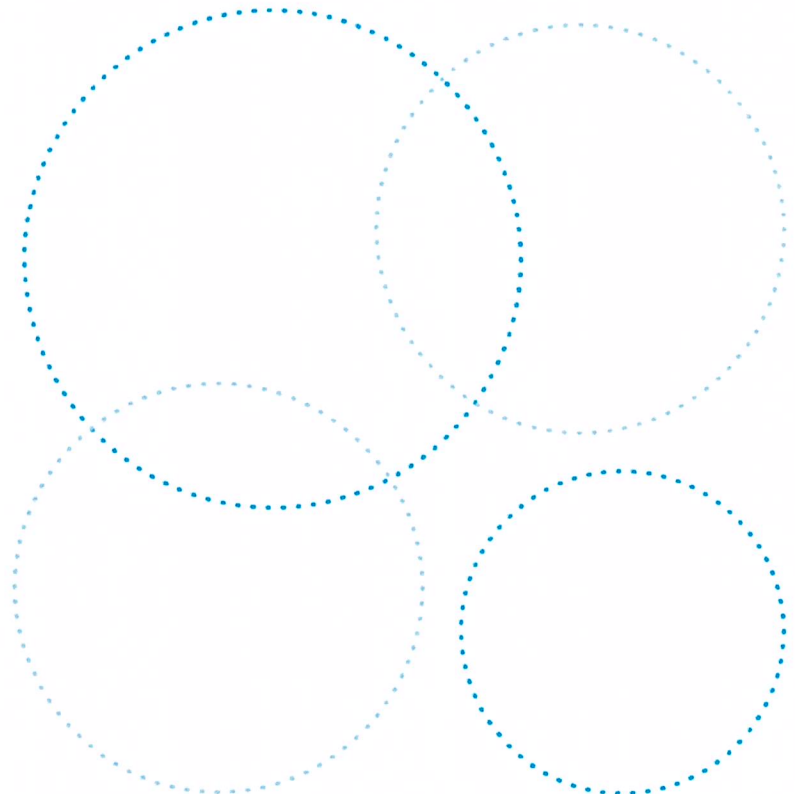
- ✓ **Tabela 1 – Evolução das adesões:** na primeira coluna os meses estavam posicionados em 2016, mas são referentes a 2017.
- ✓ **Tabela 3 - Distribuição de participantes por patrocinador em 30/06/2017:** o número total de participantes havia sido ordenado do maior para o menor, porém a coluna com a identificação do patrocinador não havia seguido o mesmo ordenamento.
- ✓ **Tabela 12 – Óbitos em 2016:** a coluna com a discriminação do sexo dos participantes que faleceram em 2016 estava equivocada e foi devidamente corrigida.
- ✓ **Tabela 16 – Plano de Benefícios - PB:** os limites da Política de Investimentos (PI) estavam desatualizados e os percentuais da alocação objetivo, limite inferior e superior foram devidamente corrigidos, conforme PI 2017.



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 GESTÃO DO PASSIVO.....	3
3 GESTÃO DOS INVESTIMENTOS.....	13
4 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA CONTRATOS E LICITAÇÕES.....	18
5 GESTÃO CONTÁBIL.....	21
6 ENCAMINHAMENTO.....	21

00



1. Introdução

Este relatório tem por objetivo consolidar o acompanhamento das informações da gestão do passivo, gestão dos investimentos, gestão do orçamento, gestão dos contratações e licitações e gestão contábil da Funpresp-Jud durante o **1º semestre de 2017**, no sentido de subsidiar o Conselho Fiscal no que se refere às exigências da Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, para emissão do relatório semestral.

Este relatório está consubstanciado nas informações constantes dos relatórios mensais das Coordenadorias e da Presidência e nos relatórios trimestrais da Diretoria Executiva.

2. Gestão do Passivo

O passivo atuarial representa as obrigações e os compromissos da Entidade, composto pelas reservas matemáticas e pelos fundos previdenciais, sendo de suma importância o seu controle para avaliação da aderência das hipóteses atuariais do plano de benefícios.

As informações apresentadas neste tópico estão contidas nos Relatórios emitidos pela Coordenadoria de Arrecadação e de Cadastro (Coarc), denominado RARC, do período de janeiro a junho de 2017.

2.1. Informações cadastrais

Em 30 de junho de 2017, a Funpresp-Jud não possuía participantes assistidos ou beneficiários em gozo de benefício concedido pelo Plano de Benefícios. A seguir serão apresentadas as informações estatísticas da massa de participantes em 30/06/2017.

Tabela 1: Evolução das adesões

MÊS/ANO	PATROCINADO	VINCULADO	AUTOPATROCINADO	NO PRAZO DE OPÇÃO PELOS INSTITUTOS*	TOTAL
Saldo 2016	6688	194	9	43	6934
jan/17	271	17	0	3	291
fev/17	114	0	1	-9	106
mar/17	110	7	0	-21	96
abr/17	131	3	0	2	136
mai/17	221	5	2	7	235
jun/17	216	9	-2	0	223
Acumulado 2017	1.063	41	1	-18	1087
TOTAL	7.751	235	10	25	8021

Fonte: RARC 06 – Arrecadação e Cadastro – junho/2017

*Reflete a movimentação de participantes que estão no prazo ou já fizeram a opção por um dos institutos (autopatrocínio, do benefício proporcional diferido, da portabilidade e do resgate).



Tabela 2: Distribuição dos participantes por sexo e grupo de idade

SITUAÇÃO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
PATROCINADO	3.927	3.824	7.751
VINCULADO	71	164	235
NO PRAZO OPÇÃO INSTITUTOS	11	14	25
AUTOPATROCINADO	5	5	10
TOTAL	4.014	4.007	8.021

Fonte: RARC 06 – Arrecadação e Cadastro – junho/2017

Tabela 3: distribuição de participantes por patrocinador em 30/06/2017:

Patrocinador	Quantidade de participantes	Percentual	Patrocinador	Quantidade de participantes	Percentual
MPF	1062	13,24%	TREAM	32	0,40%
TJDFT	635	7,92%	SJDF	31	0,39%
TRT2	526	6,56%	SJMT	31	0,39%
TRT1	380	4,74%	TREPI	30	0,37%
MPT	366	4,56%	TRERO	27	0,34%
MPDFT	300	3,74%	TRT17	27	0,34%
TRT15	249	3,10%	TRESC	26	0,32%
TRT3	221	2,76%	TREPA	25	0,31%
STJ	218	2,72%	TREPE	24	0,30%
TST	199	2,48%	TRF5	24	0,30%
TRT8	198	2,47%	TRERS	23	0,29%
TRT4	180	2,24%	TRT13	22	0,27%
TRT9	164	2,04%	SJES	21	0,26%
SJSP	151	1,88%	TREPB	21	0,26%
TRT18	151	1,88%	TRESE	21	0,26%
TRT10	136	1,70%	SJMS	20	0,25%
SJRJ	132	1,65%	TRECE	19	0,24%
TREMG	126	1,57%	TRT21	18	0,22%
TRT12	123	1,53%	SJRR	16	0,20%
STF	105	1,31%	TRERR	16	0,20%
TRF3	103	1,28%	SJAP	15	0,19%
SJRS	90	1,12%	SJRO	15	0,19%
TRT23	89	1,11%	TREAP	15	0,19%
TRERJ	82	1,02%	TRT19	15	0,19%
CNJ	77	0,96%	MPM	14	0,17%
TRESP	77	0,96%	SJMA	14	0,17%
TSE	76	0,95%	TREMT	14	0,17%
TRT14	74	0,92%	CJF	13	0,16%
CNMP	72	0,90%	SJAM	13	0,16%
TRT6	70	0,87%	SJTO	13	0,16%
SJPR	68	0,85%	TREMS	12	0,15%

TRT5	68	0,85%	TRT24	12	0,15%
TRF1	65	0,81%	TREBA	11	0,14%
SJMG	64	0,80%	TREDF	11	0,14%
TREPR	58	0,72%	ESMPU	8	0,10%
SJCE	56	0,70%	SJAC	8	0,10%
TRT16	53	0,66%	SJGO	7	0,09%
TRF2	52	0,65%	TRT20	7	0,09%
TREMA	50	0,62%	SJRN	6	0,07%
TREGO	44	0,55%	SJSE	6	0,07%
TRT11	39	0,49%	TRERN	6	0,07%
SJPB	38	0,47%	SJPI	5	0,06%
SJPA	36	0,45%	TRT22	4	0,05%
SJSC	35	0,44%	TRT7	4	0,05%
SJBA	33	0,41%	SJAL	3	0,04%
TRF4	33	0,41%	TREAC	3	0,04%
SJPE	32	0,40%	TREES	3	0,04%
STM	32	0,40%	TRETO	2	0,02%
			Total	8021	100,00%

2.2. Informações financeiras

A seguir estão apresentados os valores mensais e acumulados da arrecadação das contribuições normais dos participantes e patrocinadores, das contribuições facultativas, do pagamento de multa de contribuições em atraso e das entradas de portabilidade, no período de janeiro a junho de 2017.

Tabela 4: Arrecadação mensal participante e patrocinador

Mês	Arrecadação
jan/17	R\$ 4.756.361,58
fev/17	R\$ 4.930.437,17
mar/17	R\$ 4.732.140,86
abr/17	R\$ 5.216.867,45
mai/17	R\$ 5.037.177,86
jun/17	R\$ 5.588.313,49
Total	R\$ 30.261.298,41

A arrecadação das **contribuições normais** dos participantes e patrocinadores, no período de janeiro a junho de 2017 totalizou R\$ 28 milhões. Segundo os relatórios emitidos pela Diseg, foi verificada a paridade das contribuições entre participante e patrocinador, e mensalmente foram apresentadas as justificativas para as diferenças encontradas.

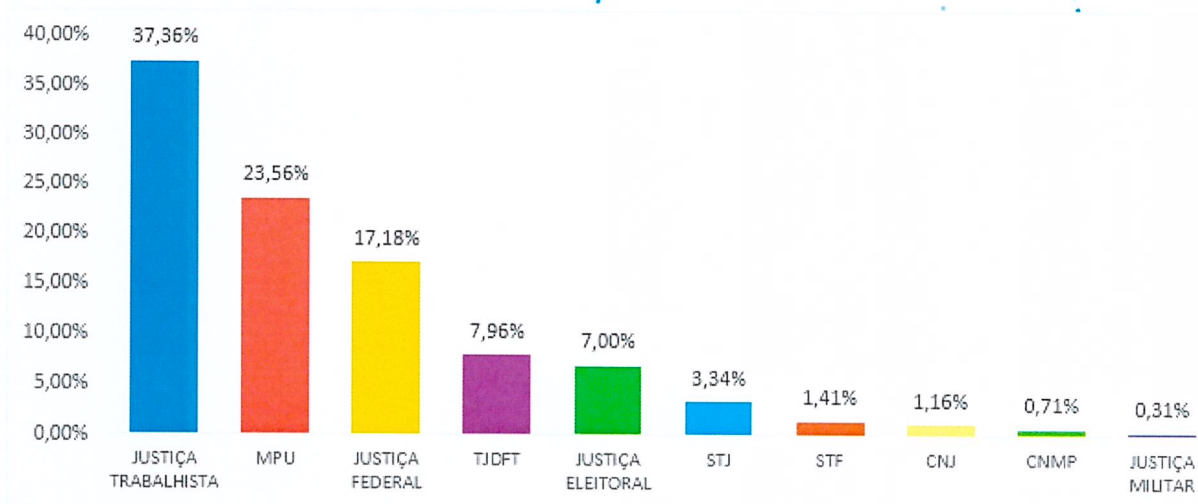
Tabela 5: Arrecadação mensal das contribuições normais dos participantes e patrocinadores

MÊS	PARTICIPANTE	PATROCINADOR	DIFERENÇA	JUSTIFICATIVA
jan/17	R\$ 2.126.106,18	R\$ 2.125.357,36	-R\$ 748,82	Acertos de meses anteriores.
fev/17	R\$ 2.299.696,52	R\$ 2.299.046,92	-R\$ 649,60	Acertos de meses anteriores, ausência de contribuição (já ajustadas em meses Posteriores), ausência de contribuição patronal (ainda pendente de regularização) e devolução de contribuição oriunda da adesão automática (Contribuição do participante sofre rentabilidade fato que não ocorre com a contribuição do patrocinador, gerando diferença entre as contas).
mar/17	R\$ 2.245.437,59	R\$ 2.244.700,78	-R\$ 736,81	referente a acertos de meses anteriores, ausência de contribuição (já ajustadas em meses posteriores) e ausência de contribuição patronal (ainda pendente de regularização).
abr/17	R\$ 2.396.277,39	R\$ 2.398.900,07	R\$ 2.622,68	Acertos de meses anteriores e repasse a menor por parte do patrocinador (ainda pendente de regularização).
mai/17	R\$ 2.359.662,47	R\$ 2.359.670,53	R\$ 8,06	repasse a menor por parte do patrocinador (ainda pendente de regularização).
jun/17	R\$ 2.593.415,23	R\$ 2.592.640,44	-R\$ 774,79	Acertos de meses anteriores
Total	R\$ 14.020.595,38	R\$ 14.020.316,10		

Fonte: Relatórios de Arrecadação e Cadastro dos meses de janeiro a junho de 2017

Desde o início do plano JusMP-Prev a Justiça Trabalhista é a primeira do ranking com maior volume de contribuições, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 1. Distribuição de contribuições por ramo da justiça (acumulado)



Com relação à arrecadação mensal, o Ministério Público Federal permaneceu no topo do ranking e continua com o maior saldo em contribuições por patrocinador, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 6: Contribuições por patrocinador acumulado até junho de 2017.

Patrocinador	Contribuições acumuladas	% do patrimônio	Patrocinador	Contribuições acumuladas	% do patrimônio
MPF	R\$ 13.406.160,00	12,25%	SJMA	R\$ 359.918,24	0,33%
TRT2	R\$ 8.943.676,06	8,17%	SJDF	R\$ 354.864,00	0,32%
TJDFT	R\$ 8.710.351,92	7,96%	TRT24	R\$ 345.924,29	0,32%
MPT	R\$ 6.922.798,92	6,33%	TRERS	R\$ 335.271,94	0,31%
TRT1	R\$ 5.345.232,21	4,89%	STM	R\$ 342.261,92	0,31%
MPDFT	R\$ 4.875.214,58	4,46%	SJAP	R\$ 315.364,54	0,29%
TRT8	R\$ 4.029.777,84	3,68%	TREGO	R\$ 305.768,08	0,28%
STJ	R\$ 3.652.119,78	3,34%	TRF4	R\$ 308.749,23	0,28%
TRT15	R\$ 2.962.586,64	2,71%	TREPE	R\$ 295.999,67	0,27%
SJRJ	R\$ 2.457.115,72	2,25%	TRT21	R\$ 276.203,18	0,25%
TRT18	R\$ 2.356.202,41	2,15%	SJAM	R\$ 264.142,50	0,24%
TST	R\$ 2.213.850,61	2,02%	TRT13	R\$ 267.030,04	0,24%
SJSP	R\$ 2.024.640,40	1,85%	SJMT	R\$ 251.989,61	0,23%
TRT9	R\$ 2.004.896,78	1,83%	TREAM	R\$ 247.062,64	0,23%
TRT3	R\$ 1.819.802,09	1,66%	TREBA	R\$ 220.745,26	0,20%
TRT12	R\$ 1.804.198,33	1,65%	SJRO	R\$ 207.314,84	0,19%
TRT10	R\$ 1.694.889,69	1,55%	TREMA	R\$ 203.893,71	0,19%
STF	R\$ 1.543.513,07	1,41%	SJTO	R\$ 209.170,14	0,19%
TRF1	R\$ 1.441.385,19	1,32%	TRERO	R\$ 203.136,58	0,19%
TRT4	R\$ 1.419.826,53	1,30%	TRT19	R\$ 212.407,19	0,19%
TRT23	R\$ 1.339.342,49	1,22%	SJES	R\$ 206.050,70	0,19%
TREMG	R\$ 1.286.491,32	1,18%	TRF5	R\$ 202.085,50	0,18%
TSE	R\$ 1.281.163,14	1,17%	SJAC	R\$ 188.805,67	0,17%
CNJ	R\$ 1.270.951,31	1,16%	SJRR	R\$ 186.590,10	0,17%
SJMG	R\$ 1.198.571,22	1,10%	SJGO	R\$ 173.617,54	0,16%
TRF3	R\$ 1.150.888,14	1,05%	TRECE	R\$ 164.878,78	0,15%
SJPR	R\$ 1.068.038,28	0,98%	TREPI	R\$ 154.056,74	0,14%
SJRS	R\$ 904.468,57	0,83%	ESMPU	R\$ 129.944,60	0,12%
TRT6	R\$ 862.971,51	0,79%	TRESC	R\$ 115.131,81	0,11%
SJCE	R\$ 858.587,05	0,78%	TRT7	R\$ 119.374,04	0,11%
CNMP	R\$ 778.310,53	0,71%	TRERR	R\$ 104.574,78	0,10%
TRT14	R\$ 752.176,40	0,69%	TRT22	R\$ 113.008,03	0,10%
SJMS	R\$ 758.391,45	0,69%	CJF	R\$ 95.092,33	0,09%
TRESP	R\$ 717.879,43	0,66%	TREMS	R\$ 97.601,90	0,09%
TRF2	R\$ 711.097,92	0,65%	TRESE	R\$ 85.421,39	0,08%
TRT16	R\$ 692.214,03	0,63%	SJPI	R\$ 83.188,76	0,08%
SJPB	R\$ 662.546,43	0,61%	TREAP	R\$ 83.707,99	0,08%

SJBA	R\$ 546.867,60	0,50%	SJSE	R\$ 89.841,93	0,08%
TREPR	R\$ 513.299,94	0,47%	TREMT	R\$ 76.744,14	0,07%
SJPA	R\$ 506.301,45	0,46%	TRT20	R\$ 81.314,31	0,07%
TRERJ	R\$ 503.898,72	0,46%	TREDF	R\$ 64.934,40	0,06%
SJSC	R\$ 491.520,90	0,45%	TREPB	R\$ 64.745,58	0,06%
MPM	R\$ 448.860,06	0,41%	SJRN	R\$ 51.124,58	0,05%
TRT11	R\$ 439.547,09	0,40%	TRETO	R\$ 51.046,33	0,05%
SJPE	R\$ 433.218,79	0,40%	TRERN	R\$ 43.940,71	0,04%
TRT5	R\$ 407.174,35	0,37%	SJAL	R\$ 36.033,24	0,03%
TREPA	R\$ 387.291,59	0,35%	TREAC	R\$ 30.804,15	0,03%
TRT17	R\$ 369.888,44	0,34%	TREES	R\$ 23.160,64	0,02%
Total			R\$ 109.414.235,19	100%	

2.3. Consistências financeiras

Em dezembro/2016 a Funpresp-Jud notificou 86 patrocinadores, por meio do Ofício Circular 15/DISEG, de 28/11/2016, solicitando esclarecimentos e providências sobre divergências apuradas no processo de consistência cadastral realizado pela Coordenadoria de Arrecadação e de Cadastro (Coarc), foram verificadas 3 tipos de inconsistências com 2.347 ocorrências, inclusive, as notificações das pendências do Ofício Circular 3/DISEG, de 29 de outubro de 2015.

Tabela 7: inconsistências verificadas

Inconsistências financeiras	Quantidade
Diferença de contribuição entre participante e patrocinador	261
Nunca houve contribuição	8
Ausência de contribuição no mês	2078
Total Geral	2347

Das análises realizadas pela Coordenadoria de Arrecadação e de Cadastro (Coarc) até junho de 2017, depreendeu-se o seguinte resultado:

Tabela 8: Acompanhamento de notificações de inconsistências

Inconsistências Financeiras	Total Apurado	Total Ajustado	Total não ajustado	% Total Ajustado
Diferença de contribuição entre participante e patrocinador	261	145	116	55,56%
Ausência de contribuição no mês	2078	234	1844	11,26%
Nunca houve contribuição	8	3	5	37,50%
TOTAL	2347	382	1965	16,28%

A seguir apresentamos as tratativas em relação aos 86 (oitenta e seis) patrocinadores que possuem inconsistências.

Tabela 9: Tratativas das inconsistências

ACOMPANHAMENTO	PENDENTE	QUANTIDADE DE PATROCINADORES
Inconsistências parcialmente resolvidas	PATROCINADOR	30
Analisar o retorno do órgão	COARC	14
Patrocinador novamente notificado	PATROCINADOR	13
Realizar ajustes solicitado pelo órgão	COARC	12
Inconsistências solucionadas	FINALIZADO	6
Resposta COARC - Contribuição Proporcional	PATROCINADOR	3
Enviado cálculo de acréscimos legais	PATROCINADOR	3
Solicitado novos esclarecimentos	PATROCINADOR	3
Tratativas DISEG	COARC	2
TOTAL		86

Além disso, a Coordenadoria de Arrecadação e de Cadastro (Coarc) realiza o acompanhamento da evolução das informações cadastrais e financeiras, destacando-as em relatório específico, inclusive com a demonstração dos resultados mensais dos indicadores de gestão vinculados às suas atividades.

Mensalmente a Coordenadoria de Atuária e de Benefícios (Coabe) realiza atividades de consistência para o acompanhamento permanente das hipóteses atuariais utilizadas no plano de benefícios, cujo o resultado é analisado pela Coarc, que por sua vez providencia as ações necessárias ao ajuste das informações no sistema previdencial.

2.4. Informações atuariais e de benefícios

De acordo com a Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do Plano de Benefícios.

As informações apresentadas neste tópico estão contidas no Relatório de Avaliação Atuarial data-base 31/12/2016 e no Parecer Atuarial, ambos elaborados pelo Atuário da Funpresp-Jud, aprovados pelo Conselho Deliberativo, em sua 2ª Sessão Extraordinária, realizada em 22 de fevereiro de 2017.

No Parecer Atuarial, o atuário da Fundação concluiu que “o Plano de Benefícios JusMP-Prev, administrado pela Funpresp-Jud, atende a legislação vigente e mantém a situação econômico-financeira e atuarial equilibrada, com a devida mensuração do plano de custeio dos benefícios oferecidos”.

A seguir estão apresentadas as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras a serem utilizadas em 2017:

Tabela 10: Hipóteses biométricas

Hipóteses biométricas	2017
Tábua de mortalidade geral	RP-2000 Geracional, por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas, agravada em 20%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49
Taxa de Rotatividade	0%
Composição familiar – benefícios a Conceder	
Probabilidade de ser casado	90%
Idade do cônjuge feminino	3 anos mais jovem que o masculino
Filhos	2 filhos, o mais novo nascido aos 36 anos de idade do participante
Composição familiar – benefícios concedidos	Família real

Tabela 11: Hipóteses econômicas e financeiras

Hipóteses econômicas e financeiras	2017
Taxa real de juros anual	4,50% a.a.
Taxa de crescimento real anual dos salários	0%
Taxa de crescimento real anual dos benefícios	0%
Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo	100%
Fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo	100%
Rotatividade	0%

Entre a data de início do plano, em 14/10/2013, até o ano de 2015, não houve morte de participante. Contudo, em 2016 foram registrados os seguintes óbitos:

Tabela 12: Óbitos em 2016

Sexo	Patrocinador	Data de Inscrição	Data do evento	Beneficiário / Herdeiro Legal
Masculino	SJPA	23/06/2014	26/05/2016	Mãe
Masculino	MPF	14/03/2014	22/06/2016	Pai
Masculino	CNJ	04/09/2014	01/09/2016	Pai/Mãe
Masculino	TREGO	20/01/2016	12/09/2016	Pai/Mãe
Feminino	TREMG	29/12/2015	05/10/2016	Cônjuge

Das mortes ocorridas, somente uma delas resultará em pagamento de pensão, uma vez que os demais participantes não possuíam beneficiários. Para estes, será realizado o pagamento da reserva individual aos seus herdeiros legais, conforme art. 33 do Regulamento do Plano.

A diferença observada em 2016, para o grupo de participantes do sexo masculino, de 4 mortes ocorridas para 1,527 estimada, deve ser acompanhada por mais 1 ano, uma vez que o período de análise é curto.

Utilizando a tábua biométrica RP-2000, foi apurada a quantidade de mortes esperadas no ano de 2017, distribuídas conforme tabela a seguir (mantidas as quantidades estimadas para 2016 para fim comparativo):

Tabela 13: Mortalidade

Sexo	2016	2017
Masculino	1,527	2,620
Feminino	0,983	1,685
Total	2,510	4,305

A tábua de entrada em invalidez utilizada é a Álvaro Vindas (agravada em 20%) elaborada em Porto Rico, no ano de 1957, que, de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados 201, de 2008 é utilizada como limite mínimo para as probabilidades de entrada em aposentadoria por invalidez.

Desde a data de início do plano, em 14/10/2013, até a data-base de 31/12/2016, não há registro de invalidez de participantes. A tabela a seguir apresenta a quantidade de invalidez esperada para 2017 (mantidas as quantidades estimadas para 2016 para fim comparativo):

Tabela 14: Entrada em invalidez esperada

Sexo	2016	2017
Masculino	1,823	2,566
Feminino	1,824	2,537
Total	3,647	5,103

Com relação a taxa de juros, o percentual anteriormente utilizado, de 4,00% ao ano, passou a ser inferior ao limite mínimo estabelecido pela Portaria Previc 186, de 28/4/2016, que é de 4,33% ao ano (70% da taxa para duração de 10 anos, definido no item 18 da Resolução MPS/CGPC 18/2006). Com base no estudo de estimativas das taxas de retorno dos investimentos, elaborado pela Dirin, foi deliberado em reunião da Direx, realizada no dia 17/01/2017, o novo percentual da taxa de 4,50% ao ano.

2.5. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são apuradas mensalmente pela Coordenadoria de Atuária e de Benefícios, após a realização das análises e consistências das informações cadastrais e financeiras disponíveis no sistema previdencial.

Tabela 15: Evolução das provisões matemáticas, no período de janeiro a junho de 2017.

Mês	Benefícios a Conceder (RAN + RAS)	FCBE	Patrimônio de Cobertura do Plano (RAN + RAS + FCBE)	Variação	Análise da variação
jan/17	R\$ 70.104.608	R\$ 11.798.959	R\$ 81.903.567		
fev/17	R\$ 74.621.640	R\$ 12.614.234	R\$ 87.235.873	6,51%	A redução de 6,51% do mês de fevereiro/17, em relação ao mês de janeiro/17, deve-se ao menor valor de contribuições sobre férias.
mar/17	R\$ 79.265.589	R\$ 13.443.719	R\$ 92.709.308	6,27%	O menor crescimento no mês de março, em relação ao mês de fevereiro, foi influenciado pelo menor volume de valores portados (conta RAS).
abr/17	R\$ 84.023.632	R\$ 14.243.852	R\$ 98.267.484	6,00%	O menor crescimento no mês de abril, em relação ao mês de março, foi influenciado pelo menor volume de valores portados (conta RAS).
mai/17	R\$ 88.503.018	R\$ 15.009.595	R\$ 103.512.613	5,34%	O menor crescimento no mês de maio, em relação ao mês de abril, foi influenciado pelo menor volume na conta RAS (-22,56%). Em abril a conta RAS registrou um acréscimo de R\$ 497.236,62, contra R\$ 385.037,58 em maio.
jun/17	R\$ 93.618.870	R\$ 15.902.731	R\$ 109.521.601	5,81%	As contas RAN – Participante, RAN – Patrocinador e RAS tiveram maior crescimento em relação ao mês de maio, influenciado pelo reajuste salarial do servidor público. Em maio, a conta RAS registrou um acréscimo de R\$ 385.037,58 contra R\$ 495.035,34 em junho, crescimento de 28,57%.

2.6. Plano de Custeio

O Plano JusMP-Prev possui somente um grupo de custeio, sendo seus benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida e seu custo calculado atuarialmente apenas em relação aos aportes destinados ao Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários (FCBE), o qual corresponde a um percentual da contribuição normal vertida pelos Participantes e Patrocinadores.

O percentual apurado de 14,61%, destinado à formação do FCBE na avaliação de 2016, foi 0,41 ponto percentual inferior ao apurado na avaliação atuarial de 2015, ocasionado pela elevação de 0,50% (meio ponto percentual) na taxa de juros. Desta forma, descontada a taxa de carregamento de 7,00% e o FCBE de 14,61%, o percentual destinado à conta de Reserva Acumulada Normal (RAN) é de 78,39%.

O plano de custeio de 2017, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, em sua 2ª Sessão Extraordinária, realizada em 22 de fevereiro de 2017, o qual vigora desde de 1º de abril de 2017.

3. Gestão dos Investimentos

A aplicação dos recursos correspondentes às reservas, às provisões e aos fundos deve ser realizada conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. Essas diretrizes estão previstas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações.

A Política de Investimentos de 2017 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em sua 16ª Sessão Extraordinária, realizada em 14/12/2016, encaminhada à PREVIC em 11/01/2017, em atendimento aos normativos vigentes.

As informações apresentadas neste tópico estão contidas nos relatórios de Atividades da Diretoria de Investimentos (Dirin).

3.1. Aderência da gestão dos recursos garantidores às normas em vigor e à Política de Investimentos 2017

A seguir as tabelas acerca dos limites, alocação objetivo e posição da carteira de investimentos da Funpresp-Jud em 30/06/2017:

Tabela 16: Plano de Benefícios – PB

Segmento de aplicação	Alocação 1º Sem/2017	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PB			
		Alocação Objetivo	Limite inferior	Limite superior	Limite legal (CMN 3.792/09)
Renda Fixa	95,50%	91%	82%	100%	100%
Renda Variável	0,70%	4%	0%	8%	70%
Investimentos Estruturados	0%	2%	0%	4%	20%
Investimentos no Exterior	3,70%	3%	0%	6%	10%

Fonte: Funpresp-Jud

Tabela 17: Plano de Gestão Administrativa – PGA

Segmento de aplicação	Alocação 1º Sem/2017	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PGA			
		Alocação Objetivo	Limite inferior	Limite superior	Limite legal (CMN 3.792/09)
Renda Fixa	100,00%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Funpresp-Jud

3.2. Resultado dos Investimentos

A carteira de investimentos do Plano de Benefícios finalizou o período com aproximadamente 95,5% dos recursos em Renda Fixa, 0,7% em Renda Variável e 3,7% em Investimento no Exterior. O detalhamento do segmento de renda fixa é de 61,5% em CDI, 33,2% IPCA (20,9% em Títulos Públicos: NTN-B Ago/18, Mai/2019, Mai/2021, Ago/2022, 2026 MTC, 2035 MTC, 2045 MTC e 2055 MTC; 11,2% em Títulos Privados: Letras Financeiras do Bradesco Nov/17, Abr/18, Dez/18, Abr/19 e Jul/21 e do Banco Safra Mar/19; 1,0% em Fundos de Investimento IPCA IDkA 2A e IMA-B5), e 0,8% em Prefixados (Fundos de Investimento IRF-M1 e IRF-M1+), conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

Tabela 18: Saldos segregados PB

	PB							em R\$ mil
	CC	FI DI/RF	FI IRF-M1	FI IRF-M1+	FI IMA-B5	FI IDkA IPCA 2A	FIA Ibovespa	
31/dez/13	2,36	21,33	-	-	-	-	-	-
31/dez/14	32,74	11,36	2.947,99	-	2.527,74	-	-	-
31/dez/15	-	13.004,96	2.261,63	21,18	22,31	-	-	416,44
31/dez/16	0,00	35.215,43	347,64	27,44	280,67	2.457,02	767,75	714,01
31/jan/17	-	36.521,75	352,03	6.271,82	283,86	2.483,16	822,78	1.139,91
28/fev/17	-	33.119,96	355,51	6.422,23	376,27	8.547,30	848,21	1.179,40
31/mar/17	-	37.538,10	359,44	6.519,87	381,46	8.668,61	826,10	1.187,15
30/abr/17	-	57.615,49	362,53	524,87	384,13	8.736,82	834,65	1.220,41
31/mai/17	-	79.390,43	365,76	525,36	384,48	740,18	797,71	3.999,92
30/jun/17	-	67.594,76	368,93	533,18	386,44	744,80	799,12	4.108,34

Fonte: Custodiante Qualificado (Banco do Brasil)

	PB						em R\$ mil
	LTN	NTN-B	NTN-F	BND35	NTN-B MTC	LF IPCA	Subtotal PB
31/dez/13	-	-	-	-	-	-	23,69
31/dez/14	-	-	-	-	-	-	5.519,83
31/dez/15	2.690,01	8.448,09	-	-	-	2.449,55	29.314,17
31/dez/16	-	20.898,18	1.187,07	3.069,70	-	11.729,00	76.693,89
31/jan/17	-	21.125,13	1.169,50	-	-	11.833,82	82.003,76
28/fev/17	-	21.273,03	3.725,84	-	-	11.927,51	87.775,26
31/mar/17	-	21.493,99	3.802,33	-	-	12.045,34	92.822,38
30/abr/17	-	15.327,13	-	-	1.336,17	12.129,89	98.469,08
31/mai/17	-	3.085,00	-	-	2.085,99	12.226,84	103.601,67
30/jun/17	-	19.509,19	-	-	3.463,03	12.318,16	109.825,95

Fonte: Custodiante Qualificado (Banco do Brasil)

A carteira de investimentos do PGA finalizou o primeiro semestre de 2017 com 100% dos recursos em Renda Fixa.

Tabela 19: Saldos segregados PGA

	PGA				em R\$ mil	TOTAL (PB + PGA)
	CC	FI DI/RF	FI IRF-M1	FI IMA-B5	Subtotal	
31/dez/13	-	26.103,99	-	-	26.103,99	26.127,68
31/dez/14	-	3.721,69	19.530,97	-	23.252,66	28.772,48
31/dez/15	-	16.242,07	20,45	2.883,88	19.146,40	48.460,57
31/dez/16	-	13.847,66	3,36	2.423,75	16.274,76	92.968,66
31/jan/17	9,28	12.919,13	2,55	3.217,44	16.148,40	98.152,16
28/fev/17	-	12.297,97	2,57	3.265,00	15.565,54	103.340,80
31/mar/17	-	12.445,58	2,60	3.109,23	15.557,41	108.379,80
30/abr/17	-	12.214,21	2,62	3.088,89	15.305,72	113.774,80
31/mai/17	-	12.183,73	2,65	3.026,01	15.212,39	118.814,06
30/jun/17	-	11.853,40	2,67	2.966,27	14.822,34	124.648,29

Fonte: Custodiante Qualificado (Banco do Brasil)

No PB a rentabilidade nominal líquida alcançada no primeiro semestre/17, foi de 5,79% ante 5,65% do CDI e 3,25% do benchmark do PB no mesmo período. A rentabilidade real líquida se elevou para 4,56% (já superando a meta do ano), tendo em vista que o IPCA recuou para 1,18% no período analisado.

No PGA a rentabilidade nominal líquida alcançada no primeiro semestre/17, foi de 5,59% ante 5,65% do CDI e 5,49% do benchmark do PGA. A rentabilidade real líquida se elevou para 4,36%.

Tabela 20: Rentabilidade Nominal PB e PGA

	PB			PGA		
	Bruta	Custo *	Líquida	Bruta	Custo *	Líquida
Jan/17	1,124%	0,018%	1,106%	1,092%	0,024%	1,067%
Fev/17	1,214%	0,020%	1,194%	1,010%	0,017%	0,993%
Mar/17	1,115%	0,019%	1,097%	1,147%	0,022%	1,125%
Abr/17	0,771%	0,044%	0,727%	0,786%	0,018%	0,769%
Mai/17	0,695%	0,021%	0,673%	0,776%	0,020%	0,756%

jun/17	0,909%	0,047%	0,863%	0,778%	0,019%	0,759%
2017	5,972%	0,178%	5,794%	5,720%	0,126%	5,594%

Fonte: Funpresp-Jud

* Custo dos investimentos: se refere às taxas de administração cobradas pelos gestores de recursos, além de despesas diretamente ligadas ao Custodiante Qualificado (remuneração, manutenção de contas – CETIP e SELIC), às operações com títulos públicos para a Carteira Própria, entre outros.

Tabela 21: Rentabilidade Real

	PB	PGA	CDI	Bmk PB	Bmk PGA
Jan/17	0,72%	0,68%	0,70%	0,37%	0,69%
Fev/17	0,86%	0,66%	0,53%	0,30%	0,64%
Mar/17	0,84%	0,87%	0,80%	0,39%	0,84%
Abr/17	0,59%	0,63%	0,64%	0,27%	0,61%
Mai/17	0,36%	0,44%	0,61%	0,37%	0,43%
Jun/17	1,10%	0,99%	1,04%	0,32%	0,96%
2017	4,56%	4,36%	4,41%	2,04%	4,26%

Fonte: Funpresp-Jud

Observações:

a) Bmk PB: índice de referência (*benchmark*) do Plano de Benefícios = IPCA + 4,50% ao ano

b) Bmk PGA: índice de referência (*benchmark*) do Plano de Gestão Administrativa = 80% CDI + 20% IMA-B5

c) As rentabilidades dos índices de referência já estão deduzidas dos custos de investimentos

Tabela 22: Rentabilidade por segmento

	PB				PGA	
	Renda Fixa	Renda Variável	Exterior	Total	Renda Fixa	Total
Jan/17	1,093%	7,168%	-2,714%	1,106%	1,067%	1,067%
Fev/17	1,142%	3,091%	3,857%	1,194%	0,993%	0,993%
Mar/17	1,141%	-2,607%	0,657%	1,097%	1,125%	1,125%
Abr/17	0,702%	0,673%	2,802%	0,727%	0,769%	0,769%
Mai/17	0,723%	-4,082%	3,212%	0,673%	0,756%	0,756%
Jun/17	0,793%	0,178%	2,710%	0,863%	0,759%	0,759%
2017	5,724%	4,087%	10,834%	5,794%	5,594%	5,594%

Fonte: Funpresp-Jud

3.3. Custos na Gestão dos Investimentos

Em 07 de agosto de 2017 a Diretoria Executiva, consubstanciada na Nota Técnica nº 44, de 01 de agosto de 2017, da Diretoria de Investimentos, aprovou os custos dos investimentos incorridos no 1º semestre de 2017.

Consta da Nota Técnica da Dirin a discriminação das taxas de Administração dos Fundos Abertos e os custos explícitos e implícitos incorridos pela Funpresp-Jud durante o 1º semestre de 2017, segregados por plano, conforme tabelas a seguir:

Tabela 23: Taxa de Administração Fundos Abertos

Fundo de Investimento	Taxa de Administração (a.a.)
BB Institucional Fundo de Investimento Renda Fixa	0,20%
BB Institucional Federal FIC RF LP	0,20%
BB Previdenciário Renda Fixa IRF-M 1 Títulos Públicos FIC	0,30% *
BB Previdenciário Renda Fixa IMA-B5 LP FIC	0,20%
BB Ações BDR Nível I	0,80% **
BB Multimercado Schroder Investimento no Exterior FI	0,83% ***
BB Multimercado JP Morgan Investimento no Exterior	0,68% ****
FI Caixa Brasil Referenciado DI LP	0,20%
FI Brasil IRF-M 1 Títulos Públicos RF	0,20%
FI Brasil IRF-M 1+ Títulos Públicos RF	0,20%
FI Brasil IDKA IPCA 2A RF LP	0,20%
FIA Caixa Brasil Ibovespa	0,50%
FIA Caixa Institucional BDR Nível I	0,70%

* Foi utilizado o valor máximo de referência do regulamento para a taxa, tendo em vista que o fundo aplica mais de 95% em cotas de outros fundos.

** Foi utilizado um valor intermediário em relação ao estabelecido no regulamento (entre 0,70% e 0,97%) para a taxa, tendo em vista que atualmente o fundo aplica um percentual ainda reduzido do seu patrimônio em cotas de outros fundos.

*** Taxa total de administração (0,08% no FI Brasil + 0,75% FI Exterior)

**** Taxa total de administração (0,08% no FI Brasil + 0,60% FI Exterior)

Tabela 24: Custos dos Investimentos no 1º Semestre de 2017

Despesa	PGA		PB	
	Valor (R\$)	Rendimento (%)	Valor (R\$)	Rendimento (%)
Negociações com Títulos	-	-	52.629,74	-0,054%
Broadcast	-	-	25.214,61	-0,028%
SELIC	-	-	509,70	-0,001%
IOF	645,34	-0,004%	-	-
CETIP	2.085,05	-0,014%	10.224,59	-0,011%
Custodiante Qualificado	567,08	-0,004%	2.972,93	-0,003%
Subtotal "Explícitos"	3.297,47	-0,021%	91.551,57	-0,097%
Taxa de Administração	-	-0,105%	-	-0,081%
TOTAL *	-	-0,126%	-	-0,178%

* Tendo em vista que os custos referentes às taxas de administração não são observáveis diretamente, e não transitam pelas Demonstrações Contábeis, foi calculado pela DIRIN apenas a diferença de rendimento em relação ao valor da cota bruta de cada fundo de investimento (sem o desconto da mencionada taxa). Dessa forma, não foi calculado o valor total financeiro dos custos dos investimentos, apenas o equivalente em perda de rentabilidade.

Os custos incorridos pela Funpresp-Jud no 1º semestre de 2017, relativamente aos investimentos, foram equivalentes a redução de 0,123% no rendimento do Plano de Gestão Administrativa e a redução de 0,178% na rentabilidade do Plano de Benefícios.

Não há taxa de performance, portanto em linha com o disposto no art. 28 da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012.

4. Gestão orçamentária e Contratos e Licitações

O controle da execução orçamentária requer uma análise se as projeções de despesas estão acontecendo dentro de padrões e desvios aceitáveis. O exame é feito por meio da comparação entre o valor projetado (orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo) e o efetivamente realizado. A análise de eventuais desvios considera aspectos quantitativos e qualitativos, e os desvios fora do padrão devem ser justificados.

As despesas administrativas são os gastos realizados pela Fundação na administração do Plano de Benefícios, por meio do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

As informações apresentadas neste tópico estão contidas nos Relatórios emitidos pela Coordenadoria de Administração e Finanças (Coafi), denominado RCON.

4.1. Execução orçamentária

O orçamento de 2017 foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em sua 15ª sessão extraordinária, ocorrida em 23 de novembro de 2016.

A seguir os dados acumulados do primeiro semestre de 2017, comparando o orçamento previsto com o realizado:

Tabela 25: realização orçamentária primeiro semestre de 2017

ITENS	ORÇAMENTO (R\$ 1,00)		EXECUÇÃO (R\$ 1,00)	D/B (%)	D/C (%)	D-C
	ANO (B)	ATÉ O MÊS (C)	ATÉ O MÊS (D)			
Despesas Administrativas (A)	9.319.433	4.670.052	3.992.700	43	85	(677.353)
Diárias e Passagens	76.961	60.617	44.402	58	73	(16.215)
Treinamentos	251.043	106.262	12.885	5	12	(93.377)
Investimentos em TI-PDTI	69.800	59.400	53.251	76	90	(6.149)
Serviços de Terceiros	626.349	356.398	227.211	36	64	(129.187)
Comunicação e Marketing	112.500	32.750	29.612	26	90	(3.138)
Tributos	572.685	280.335	249.748	44	89	(30.587)
Pessoal e Encargos	6.592.685	3.289.656	2.956.902	45	90	(332.754)
Estagiários	73.920	36.960	34.602	47	94	(2.358)
Benefícios	397.673	166.901	150.995	38	90	(15.906)
Atividades de Manutenção	495.578	253.050	228.166	46	90	(24.884)
Modernização das Instalações	45.000	25.000	2.274	5	9	(22.726)
Investimentos	5.239	2.723	2.652	51	97	(71)

Fonte: Módulo financeiro da TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2017.

Verifica-se que todas as rubricas apresentaram execução orçamentária inferior ao programado para o período. Consta dos relatórios de acompanhamento orçamentário, emitido pela COAFI/ DIRAD as justificativas mensais para os desvios apresentados em cada rubrica.



4.2. Custeio Administrativo

O Custeio Administrativo (receitas) representa os recursos para cobertura dos gastos realizados na administração do plano, e no caso da Funpresp-Jud recebe recursos: i) da taxa de carregamento – percentual de 7% incidente sobre as contribuições previdenciais, exceto sobre as contribuições facultativas, arrecadadas mensalmente; ii) dos resultados financeiros de aplicações – rendimentos auferidos de recursos aplicados do plano de gestão administrativa; e iii) do aporte inicial a título de adiantamento de contribuições futuras.

Mensalmente, após a apuração das despesas administrativas e das receitas do PGA (Taxa de carregamento + resultado positivo dos investimentos do PGA), é identificado o valor necessário à cobertura das despesas do mês que será apropriado do empréstimo dos patrocinadores.

Conforme definido nos protocolos de compromissos firmados entre a Funpresp-Jud e o Ministério Público da União - MPU e o Supremo Tribunal Federal - STF, o montante aportado – empréstimo dos patrocinadores – é atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA a partir da data em que o recurso foi creditado na conta corrente da Funpresp-Jud, tendo como termo final a data em que ocorrerá a compensação da última parcela.

4.3. Indicadores de gestão

A mensuração dos indicadores de gestão propicia identificar e confrontar o valor per capita da arrecadação, receita e despesa, sinalizando a distância do ponto de equilíbrio que separa a capacidade de arrecadação de receitas para fazer face às despesas administrativas para o funcionamento da Fundação.

Tabela 26: indicadores de gestão - base informações contábeis de 12 meses

ITENS	Σ 12 meses 2016 (F)	Σ 12 meses (G)	(G/F-1) (%)	G – F
Participantes (A) – Un.	6.934	8.021	15,7	1.087
Ativo Total (B) – R\$ 1,00	93.149.963	124.941.562	34,1	31.791.599
Taxa de Carregamento (C) – R\$ 1,00	2.791.583	3.759.065	34,7	967.482
Fluxo de Investimento PGA (D) – R\$ 1,00	2.381.107	1.976.782	(17,0)	(404.325)
Despesas Administrativas (E1+E2) – R\$ 1,00	10.484.067	9.570.635	(8,7)	(913.432)
Despesa de Funcionamento (E1)	8.522.338	8.595.336	0,9	72.998
Despesa Financeira (E2)	1.961.729	975.299	(50,3)	(986.430)
I 1 (R\$ 1,00) Arrecadação Média (C/A)	403	469	16,3	66
I 2 (R\$ 1,00) - Despesa per capita (E/A)	1.512	1.193	(21,1)	(319)
I 2a Receita per capita (C+D/A)	746	715	(4,1)	(31)
I 3 (%) de Despesa sobre Ativo Total (E/B)	11,3	7,7	(31,9)	(3,6)
I 4 (%) Despesa sobre receita (E/C+D)	202,7	166,9	(17,7)	(35,8)

Fonte: Módulo financeiro da TrustPrev e Relatório de Relacionamento com participantes junho/17.

Os resultados dos indicadores de gestão apresentam, no primeiro semestre de 2017, uma redução da despesa per capita de 21,1%, em relação a dez/16, considerando o acumulado dos últimos 12 meses, caminhado para alcançar a meta de 30% acordada para o ano.



4.4. Contratos e licitações

Durante o 1º semestre de 2017, não houve aquisições, somente contratações de bens e serviços de forma a subsidiar as atividades operacionais e de infraestrutura da Fundação, conforme tabela a seguir:

Tabela 27: Contratações

Contratada	Processo	Valor	Finalidade	Modalidade
Janeiro				
Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC	00.005/2017	R\$ 4.160,00	Publicações de matérias em jornais de grande circulação	Inexigibilidade
Fevereiro				
Barcelô Eventos Eireli-ME	00.005/2017	R\$ 19.967,50	Fornecimento de coquetel volante, coffee break, almoço e jantar	Ata de Registro de Preços - Adesão
Março				
Gênesis Comércio e Manutenções Ltda-ME	00.086/2016	R\$ 9.996,00	Manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado	Pregão Eletrônico
Abril				
Insight Recursos Humanos Ltda - EPP	00.083/2016	R\$ 13.442,00	Desenvolvimento, transposição e atualização de cursos na modalidade a distância	Pregão Eletrônico (SRP)
Bez Auditores Independentes S/S - EPP	00.081/2016	-	Prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras/contábil	Credenciamento
Fundação Getulio Vargas	00.030/2017	-	Benefícios concedidos ao público de interesse da Funpresp-Jud, mediante divulgação da parceria e de suas vantagens por seus canais internos	Acordo de Parceria
Mai				
Agência Estado S.A.	00.026/2017	R\$ 79.260,00	Licenciamento de conteúdo por intermédio do software denominado "AE Broadcast"	Inexigibilidade
Junho				
Robson Teixeira Neves - 019.202.111-79	00.029/2017	R\$ 6.730,00	Serviços de transporte de malotes e volumes	Dispensa de Licitação
Multi Life Centro Clínico Ltda-EPP	00.035/2017	R\$ 3.200,00	Serviços relacionados a saúde e segurança do trabalho	Dispensa de Licitação
JExperts Tecnologia S.A.	00.066/2016	R\$ 17.450,00	Suporte técnico, suporte funcional e manutenção evolutiva da Plataforma Channel	Inexigibilidade

Fonte: RCON de janeiro a junho/2017

Constata-se a integração entre as áreas técnicas proponentes, a Coafi e a Assessoria Jurídica - Asjur referente aos procedimentos licitatórios e de compras e contratação da Fundação:

Em atendimento ao princípio da transparência, todos os documentos referentes aos processos de licitação do 1º semestre de 2017 foram disponibilizados no site da Funpresp-Jud.

(Handwritten signature)

5. Gestão contábil

A contabilização mensal é individualizada por Plano de Benefícios (PB) e Plano de Gestão Administrativa (PGA), representada pelas demonstrações consolidadas, conforme o disposto na Resolução CNPC 8/2011 e Instrução 34/2009.

As informações apresentadas neste tópico estão contidas nos Relatórios emitidos pela Coordenadoria de Contabilidade (Ccont), denominado RDEC.

A seguir a demonstração do balanço patrimonial em 30/06/2016, comparativamente ao mês anterior.

Tabela 28: Balanço patrimonial em 30/06/2017

ATIVO	junho/17	maio/17	Var%	PASSIVO	junho/17	maio/17	Var%
DISPONÍVEL	2,95	645,56	↓ -99,54%	EXIGÍVEL OPERACIONAL	15.185.578,10	15.322.684,33	↓ -0,89%
REALIZÁVEL	124.834.839,92	118.906.273,85	↑ 4,99%	Gestão Previdencial	40.547,55	9.549,40	↑ 324,61%
Gestão Administrativa	186.552,92	92.213,88	↑ 102,30%	Gestão Administrativa	15.144.005,29	15.312.118,27	↓ -1,10%
Investimentos	124.648.287,00	118.814.059,97	↑ 4,91%	Gestão Investimentos	1.025,26	1.016,66	↑ 0,85%
Títulos Públicos	22.972.219,99	5.170.993,00	↑ 344,25%	PATRIMÔNIO SOCIAL	109.755.983,67	103.695.255,85	↑ 5,84%
Créditos Privados e Depósitos	12.318.158,63	12.226.843,52	↑ 0,75%	Patrimônio de Cobertura do Plano	109.521.600,77	103.512.613,06	↑ 5,81%
Fundos de Investimento	89.357.908,38	101.416.223,45	↓ -11,89%	Provisões Matemáticas	109.521.600,77	103.512.613,06	↑ 5,81%
PERMANENTE	106.718,90	111.020,77	↓ -3,87%	Benefícios a Conceder	109.521.600,77	103.512.613,06	↑ 5,81%
Imobilizado	106.718,90	111.020,77	↓ -3,87%	Fundos	234.382,90	182.642,79	↑ 28,33%
				Fundos Previdenciais	127.664,00	71.622,02	↑ 78,25%
				Fundos Administrativos	106.718,90	111.020,77	↓ -3,87%
Total do Ativo	124.941.561,77	119.017.940,18	↑ 4,98%	Total do Passivo	124.941.561,77	119.017.940,18	↑ 4,98%

Fonte: Balancetes em 30/06/2017 – Coordenadoria de Contabilidade

Mensalmente a Assessoria de Controles Internos (Ascoi) analisa os balancetes contábeis emitidos pela Coordenadoria de Contabilidade – CCONT. Os resultados das conferências estão registrados em manifestações específicas, encaminhadas à Diretoria Executiva e aos Conselhos Deliberativo e Fiscal para providências e acompanhamento.

6. Encaminhamento

O presente Relatório apresentou o acompanhamento, consubstanciado nos relatórios gerenciais das áreas, da gestão do passivo, gestão dos investimentos, gestão do orçamento, gestão dos contratações e licitações e gestão contábil.


Fabíola Silva Carvalho
Assessora de Controle Interno

Brasília, 26 de setembro de 2017.

1. Ciente.
2. Encaminhe-se o presente Relatório para conhecimento e apreciação da Diretoria-Executiva, e posterior envio aos Conselhos Fiscal e Deliberativo.


ELAINE DE OLIVEIRA CASTRO
Diretora-Presidente